

As Reformas Econômicas de Javier Milei na Argentina e os Impactos para o Brasil

GABRIEL BRASIL (*)

Após ser eleito apresentando uma plataforma radical (política e economicamente), o economista libertário Javier Milei tomou posse na Argentina em 10 de dezembro, anunciando medidas drásticas para a economia. Embora elas contrariem, em razoável medida, parte das promessas mais extremas feitas por Milei durante a campanha eleitoral, ainda assim tais medidas incluem transformações importantes em múltiplas frentes macro e microeconômicas com impacto potencial significativo para os prospectos da Argentina e também dos seus parceiros comerciais, notadamente o Brasil. Isso, por si, justifica uma análise cuidadosa da agenda proposta. O valor acadêmico do experimento de Milei – dados os desequilíbrios econômicos históricos da Argentina e a complexidade das suas soluções – reforça a importância de tal avaliação.

1 As Medidas

As principais medidas anunciadas por Milei e Luis Caputo, o novo Ministro da Economia, podem ser resumidas conforme lista a seguir:¹

1) Desvalorização do câmbio oficial para o patamar de 800 pesos por dólar (dos 365 pesos por dólar

quando do anúncio da medida), que será combinada com um aumento dos impostos de exportação para o setor agropecuário (as chamadas *retenciones*).

- 2) A não-renovação dos contratos de trabalho do setor público que tenham menos de um ano de vigência.
- 3) A suspensão por um ano do orçamento do governo para comunicação oficial.
- 4) A redução do total de ministérios, de 18 para 9, e de secretarias, de 106 para 54, com expectativa de que isso reduza em 34% os cargos políticos totais do Estado.
- 5) A redução do piso das transferências realizadas pelo governo nacional às províncias.
- 6) A suspensão de novos contratos para obras públicas, bem como o cancelamento de obras já contratadas, mas ainda não iniciadas.
- 7) A redução dos subsídios para os setores de energia e transporte.
- 8) O aumento dos benefícios sociais focalizados, notadamente o Auxílio por Criança (AUH, cujo benefício será dobrado) e o Vale-Alimentação (Tarjeta Alimentar,

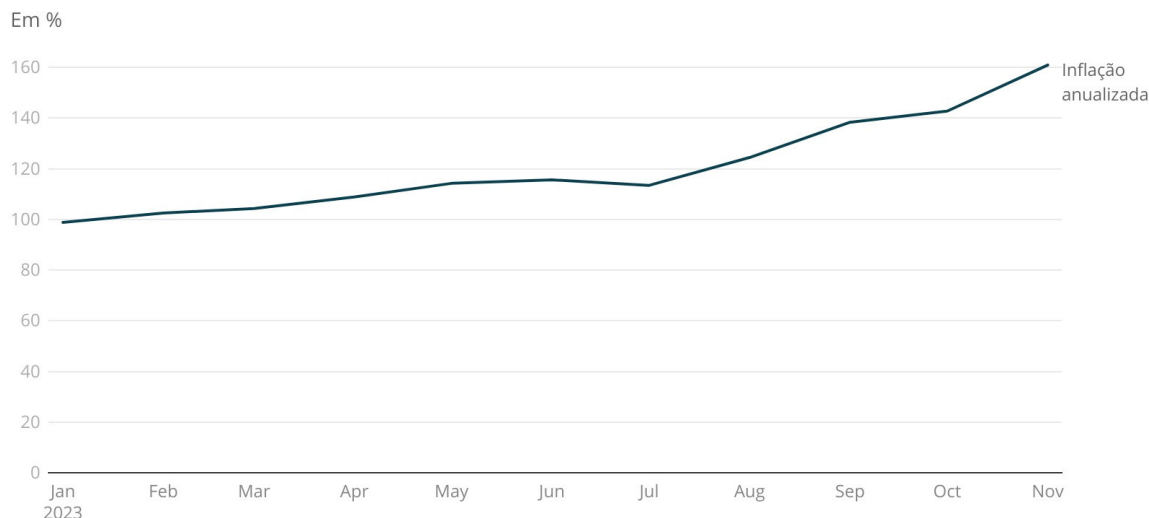
cujo benefício aumentará em 50%).

- 9) O fim do sistema de controle de importações a partir da concessão de licenças discricionárias.

2 Avaliação das Medidas

Como se nota, a maioria das medidas tem natureza fiscal, com abordagem agressiva na redução dos gastos do governo nacional. Isso reflete um entendimento quase consensual entre economistas ortodoxos de que os desequilíbrios monetários graves que enfrenta a Argentina nos últimos anos têm origem nos persistentes déficits do governo e o seu elevado financiamento a partir de emissão monetária. Segundo estimativas apresentadas por Caputo, as medidas terão impacto de 5,5% do PIB, e visam zerar o déficit do governo em um ano. Anteriormente, o governo argentino havia estimado o déficit para 2023 em 3,5% do PIB – muito acima do limite de 1,9% estabelecido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) no contexto da reestruturação da dívida do país junto à instituição. Segundo o INDEC (o instituto nacional para estatísticas da Argentina), a inflação calculada para novembro chegou a 160% para o período de 12 meses.²

Inflação anualizada - jan/23-nov/23

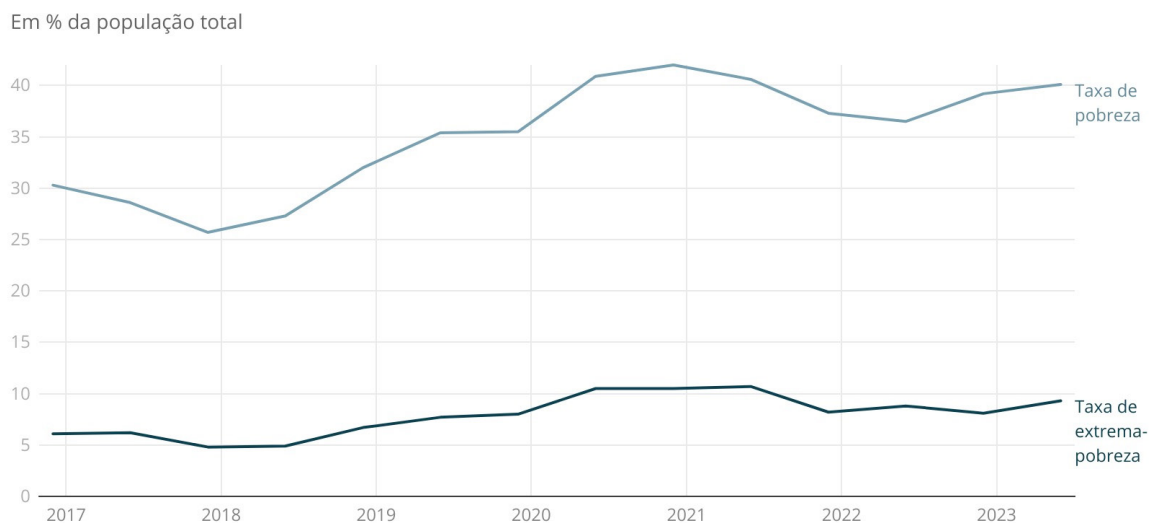


Neste sentido, as medidas de Caputo parecem ir na direção certa. A redução dos subsídios setoriais e a redução dos gastos diretos com pessoal tendem a ter impacto significativo na balança fiscal do governo, dado que representam os seus gastos mais substanciais historicamente.

Há, ainda, uma tentativa de blindar a parcela mais pobre da população dos efeitos restritivos de curto

prazo do pacote a partir dos benefícios sociais focalizados – esforço parecido com aquele feito pelo Brasil em 2023, quando da implementação de um ajuste fiscal combinado com políticas que vieram a compor o Bolsa Família. Vale notar que, de acordo com o Indec, a taxa de pobreza oficial da Argentina tem se mantido acima de 40% desde meados de 2020.³

Taxas de pobreza e extrema pobreza, 2017-23



3 O Panorama Político

O pacote Milei-Caputo é notadamente impopular. A sua delicada implementação testará a capacidade do novo presidente de navegar a complexidade de um ambiente político heterogêneo e de inclinação populista. Vale notar que a retórica que marcou a carreira política de Milei sempre foi belicosa e, em larga medida, agressiva com relação ao establishment político. Desde que foi eleito, Milei tem feito ajustes a tal abordagem, introduzindo níveis de pragmatismo em certos temas que têm surpreendido eleitores e analistas – notadamente com relação às suas promessas de praticamente eliminar as relações comerciais do país com seus principais parceiros, a China e o Brasil. Tais promessas deram lugar a uma postura muito mais moderada, que reconhece a importância da diplomacia Argentina no contexto da crise econômica que o país enfrenta. Milei também parece ter voltado atrás na sua promessa de fechar o Banco Central – tema central no seu discurso político dos últimos anos.

Na Argentina, historicamente, dois grupos políticos tendem a exercer pressão significativa sobre o governo, influenciando de forma relevante os rumos da política econômica nos últimos anos: os sindicatos trabalhistas, que são historicamente associados ao Peronismo (e, portanto, à oposição ao governo Milei), e os governadores

provinciais, que tendem a adotar posturas mais pragmáticas com relação à economia, mas que ainda assim mantêm vínculos importantes com o Peronismo.

Ambos os grupos serão impactados negativamente, ao menos no curto prazo, pelas medidas do novo governo. Isso significa que, politicamente, a implementação da agenda Milei-Caputo será extremamente complexa, sobretudo devido a dois riscos: aquele associado à oposição no legislativo, dada a minoria de Milei no Congresso Nacional, e o da estabilidade política, dadas as perspectivas de maior agitação social nos próximos meses em reação ao ajuste fiscal.

Em 14 de dezembro, a Ministra da Segurança Pública, Patricia Bullrich, anunciou um pacote de medidas voltadas para a repressão de protestos contra o governo, que incluirão a atuação do exército – antecipando a elevada mobilização dos movimentos sociais e o seu potencial de disrupção operacional e política.⁴ A greve dos caminhoneiros vivida pelo Brasil em 2018, durante o governo também fiscalista de Michel Temer, e o grande movimento de protestos no Chile em 2019 durante o governo de centro-direita de Sebastián Piñera servem como exemplo de como episódios de agitação social podem ter impactos políticos significativos para agendas econômicas.

O ex-presidente Mauricio Macri, cujo grupo político foi fundamental para a eleição de Milei a partir do seu apoio direto no segundo turno, deve ser aliado importante do novo presidente na implementação da sua agenda econômica. Apesar de ter fracassado na sua tentativa de reeleição, em 2019, Macri retém significativo prestígio junto à comunidade empresarial-financeira na Argentina e também fora do país. Ele tem participado, segundo múltiplos relatos da mídia local, da formação de quadros estratégicos do governo. Vale lembrar que Caputo, por exemplo, foi Ministro das Finanças e Presidente do Banco Central durante a gestão do ex-presidente.

No entanto, restam dúvidas se o endosso do grupo político de Macri e uma postura mais pragmática do próprio Milei serão suficientes para contrapor: (i) o fato de o novo presidente ter sido eleito a partir de promessas mais radicais do que as que ele tende a implementar, o que pode desagradar à sua base; (ii) a esperada mobilização da oposição à esquerda do seu governo; e, sobretudo, (iii) os níveis de maturidade e habilidade política de Milei para acomodar desafios vindouros, que certamente aparecerão, junto ao já complicado desafio de implementação da sua agenda.

Vale lembrar também que, além dos temas econômicos, Milei tem mantido uma abordagem historicamente controversa do ponto de

vista do respeito às instituições – e a vice-presidenta, Victoria Villauriel, é reconhecida por sua postura contrária a políticas de direitos humanos. Isso não colaborará para o desafio político da dupla. Finalmente, tudo indica que 2024 tenderá a ser marcado por elevadas incertezas geopolíticas e também pela desaceleração da economia chinesa, importante compradora dos produtos argentinos – sobretudo da mineração e da agricultura – o que deve representar desafio adicional.

4 O Brasil

Sinais recentes sugerem que, apesar do mau começo, as relações entre Milei e sua contraparte brasileira, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, devem ser marcadas por pragmatismo. Vale lembrar que os vínculos comerciais entre os dois países seguem robustos: enquanto o Brasil é o principal comprador dos produtos argentinos, a Argentina é o nosso terceiro principal importador – sendo o principal comprador de produtos de maior valor agregado, como automóveis e itens da chamada “Linha Branca”.

Isso não significa que as relações entre os dois países serão particularmente construtivas. Desde que tomou posse, Lula tem adotado política externa notadamente protecionista – o que culminou, por exemplo, no provável fim do acordo entre o Mercosul e a União

Europeia nas últimas semanas. Além disso, o governo brasileiro tem mantido agenda abrangente – por exemplo, se envolvendo nos conflitos entre Rússia e Ucrânia e entre Israel e Hamas – ao invés de atuar mais focadamente em temas regionais. Isso sugere que não deve ocorrer uma colaboração mais ambiciosa com a Argentina para revigorar o Mercosul.

O Uruguai, outro membro importante do bloco, tem interesses próprios que não têm sido satisfeitos pelos seus vizinhos: o presidente Luis Lacalle Pou tem tentado, há dois anos, viabilizar um acordo bilateral junto à China a despeito do Mercosul, reforçando a lentidão e a ineficiência da instituição para entregar resultados comerciais para os seus membros. Isso também sugere que o bloco não deve ser uma prioridade dos uruguaios durante o começo da gestão Milei.

O sucesso da Argentina é central para o sucesso brasileiro. Além do importante vínculo econômico e da questão humanitária – dada a gravidade da situação social da Argentina – ambos os países compartilham de desafios parecidos. Apesar de proporções diferentes, o Brasil também tem problemas fiscais crônicos, e também depende de maneira significativa de setores exportadores, sobretudo a agricultura, para crescer. Finalmente, também temos deficiências político-institucionais que travam nosso desenvolvimento. O experi-

mento que a Argentina inicia agora virá com riscos significativos, e é patrocinado por um político com credenciais duvidosas em múltiplos aspectos. No entanto, a Argentina já não pode se dar ao luxo de errar. Resta ao Brasil acompanhar de perto e colaborar, na medida do possível.

1 “Una por una, las 10 medidas que anunció Luis Caputo”, 12 de dezembro de 2023. La Nación. Disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/economia/luis-caputo-anuncio-las-primeras-medidas-economicas-del-gobierno-de-javier-milei-fuerte-devaluacion-nid12122023/>

2 “Índice de precios al consumidor”, INDEC. Disponível em: <https://www.indec.gov.ar/indec/web/Nivel4-Tema-3-5-31>

3 “Encuesta Permanente de Hogares. Incidencia de la pobreza y de la indigencia. Resultados del primer semestre de 2023”, INDEC. Disponível em: <https://www.indec.gov.ar/indec/web/Nivel4-Tema-4-46-152>

4 “Argentina’s security minister announces crackdown on protests”, 12 de dezembro de 2023. Financial Times. Disponível em: <https://www.ft.com/content/ed108b24-c2b8-4f0b-8d12-6d17c0707af7>

(*) Economista pela Universidade Federal de Minas Gerais e mestre em economia política internacional pela Universidade de São Paulo. (E-mail: gabrielchbrasil@gmail.com).